

FABIANA FAVRETO  
FERNANDO DE OLIVEIRA E PAULA LIMA  
JULIANA DELÉO RODRIGUES  
ROBERTA MAIA GRESTA  
RODRIGO DE MACEDO E BURGOS  
*Coordenadores*

Prefácio  
*Cármem Lúcia Antunes Rocha*

# DIREITO PÚBLICO E DEMOCRACIA

Estudos em homenagem aos 15 anos do  
Ministro Benedito Gonçalves no STJ

Belo Horizonte

**FÓRUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131  
[www.editoraforum.com.br](http://www.editoraforum.com.br) – [editoraforum@editoraforum.com.br](mailto:editoraforum@editoraforum.com.br)

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D598	Direito público e democracia: estudos em homenagem aos 15 anos do Ministro Benedito Gonçalves no STJ / Fabiana Favreto, Fernando de Oliveira e Paula Lima, Juliana Deléo Rodrigues, Roberta Maia Gresta, Rodrigo de Macedo e Burgos. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 516p. 14,5x21,5cm  ISBN 978-65-5518-612-3.  1. Direito público. 2. Direito eleitoral. 3. Superior Tribunal de Justiça. I. Favreto, Fabiana. II. Lima, Fernando de Oliveira e Paula. III. Rodrigues, Juliana Deléo. IV. Gresta, Roberta Maia. V. Burgos, Rodrigo de Macedo e. VI. Título.  CDD: 341.28 CDU: 342.8
------	--

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FAVRETO, Fabiana; LIMA, Fernando de Oliveira e Paula; RODRIGUES, Juliana Deléo; GRESTA, Roberta Maia; BURGOS, Rodrigo de Macedo e (Coord.). *Direito público e democracia: estudos em homenagem aos 15 anos do Ministro Benedito Gonçalves no STJ*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 516p. ISBN 978-65-5518-612-3.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO	
<b>Cármem Lúcia Antunes Rocha</b> .....	19
APRESENTAÇÃO.....	23
1ª PARTE – DIREITO PÚBLICO FILOSOFIA DO DIREITO E DIREITO CONSTITUCIONAL	
REVISITANDO ÍTALO CALVINO: CIÊNCIA, ÉTICA E DIREITO; PROBLEMAS, DESAFIOS E LIMITES	
<b>Luiz Edson Fachin</b> .....	27
1 Nota prévia.....	27
2 Introdução.....	27
3 Os saberes, as liberdades e as escolhas.....	28
4 Habermas e o senso comum democraticamente esclarecido .....	29
5 O Judiciário e a sociedade plural.....	30
6 A ética aqui e alhures.....	33
7 Considerações finais.....	36
SUPERAÇÃO E PERMANÊNCIA DO PENSAMENTO JUSPOSITIVISTA	
<b>Napoleão Nunes Maia Filho</b> .....	39
1 Estatismo latente no sistema positivista.....	39
2 Remédios e venenos: pensamento e escrita .....	45
3 Tópica judicial e poderes estatais.....	52
4 As leis escritas e sua aplicação.....	55
Referências .....	62
O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: A CONTRIBUIÇÃO DO MINISTRO BENEDITO GONÇALVES	
<b>Regina Helena Costa</b> .....	65
1 Introdução.....	65
2 O Estado Democrático de Direito nos acórdãos da relatoria do Ministro Benedito Gonçalves.....	66
2.1 Comunidade remanescente de quilombo.....	66

2.2	Procedimento de investigação preliminar preparatório de inquérito civil .....	67
2.3	Improbidade administrativa .....	68
2.4	Estatuto da Criança e do Adolescente .....	70
2.5	Abandono de cargo .....	71
2.6	Medida cautelar inominada criminal .....	72
3	Conclusão.....	73
	Referência.....	73

## SEPARAÇÃO DOS PODERES NO BRASIL: COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES

<b>José James Gomes Pereira</b> .....	75	
1	Introdução.....	75
2	Separação de poderes: análise histórica e conceitual .....	75
3	Conclusão.....	83
	Referências.....	83

## DIREITO PÚBLICO E SEPARAÇÃO DOS PODERES: A INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE NA ATUAL RELAÇÃO ENTRE AS FUNÇÕES DO ESTADO

<b>Renato César Guedes Grilo, Rodrigo de Macedo e Burgos</b> .....	87	
	Introdução.....	87
1	O princípio da fraternidade e a sua relevância constitucional ...	88
2	A modificação de paradigma para o princípio da separação dos poderes: da perspectiva positivista ao constitucionalismo fraternal.....	92
	Conclusão.....	95
	Referências .....	96

## DEFESA DA DEMOCRACIA PELA ADVOCACIA PÚBLICA: ENSAIO EM HOMENAGEM AO MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL BENEDITO GONÇALVES

<b>Jorge Rodrigo Araújo Messias</b> .....	99	
1	Introdução.....	99
2	Democracia defensiva .....	100
3	A advocacia pública na defesa da democracia.....	103
4	Conclusão.....	106
	Referências .....	107

## A TRAJETÓRIA DO MINISTRO BENEDITO GONÇALVES E AS GARANTIAS DA ADVOCACIA BRASILEIRA

<b>José Alberto Simonetti</b> .....	109	
1	Introdução .....	109
2	A independência e a autonomia da advocacia.....	110
3	A proteção das prerrogativas da advocacia .....	113

4	Considerações finais.....	115
	Referências.....	116

## DIREITOS FUNDAMENTAIS

### O MINISTRO BENEDITO GONÇALVES E SEU PAPEL NO COMBATE AO RACISMO

	<b>Camile Sabino, Mônica Furbino</b> .....	121
	Introdução.....	121
1	A construção histórica da desigualdade racial no Brasil .....	122
2	O combate ao racismo dentro na nova ordem constitucional de 1988 .....	126
3	A preocupação da Constituição na promoção da igualdade racial e as inovações da Lei nº 7.716/1989.....	127
4	Impacto da visão antirracista no desempenho da atividade jurisdicional brasileira .....	129
5	Trajetória do Ministro Benedito Gonçalves .....	130
6	O impacto da atuação do Ministro Benedito na desconstrução do racismo estrutural .....	132
7	O trabalho do Ministro na Comissão contra o Racismo na Câmara dos Deputados .....	134
	Conclusão.....	136
	Referências .....	138

### LIMITES DOS ATOS JURISDICIONAIS PELO HUMANISMO PRINCIPOLÓGICO

	<b>Mário Goulart Maia</b> .....	141
--	---------------------------------	-----

### REFLEXÕES SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

	<b>Humberto Martins</b> .....	153
1	Introdução.....	153
2	Consolidação do direito fundamental à saúde.....	154
3	Prestação de serviços relativos à saúde e repartição de competências no SUS – legitimidade passiva nas ações visando à efetivação do direito fundamental à saúde .....	156
4	Conclusão.....	163
	Referências.....	163

### O PROTAGONISMO DO MINISTRO BENEDITO GONÇALVES NO JULGAMENTO DO TEMA Nº 106/STJ

	<b>Paulo Sérgio Domingues</b> .....	167
1	Introdução .....	167
2	Saúde como um direito fundamental .....	168
3	Relevância e importância do julgamento do Tema nº 106/STJ ...	170
4	Considerações finais.....	173

REFLEXÕES SOBRE A QUALIDADE DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL  
BRASILEIRA

<b>Antônio Herman Benjamin</b> .....	175
1 As boas notícias.....	177
2 As más notícias.....	179
3 Brasil: um Estado de direitos e de deveres ambientais.....	181
4 Qualidade do Estado de Direito Ambiental no Brasil.....	185
5 Paraíso legislativo e esterilidade prática do direito ambiental: o exemplo do desmatamento.....	187
6 Conclusão: da insinceridade normativa à inconstância normativa.....	191
Referências.....	192

DO CAOS À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE: QUESTÕES  
AMBIENTAIS DE DIREITO PRIVADO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA

<b>Paulo Dias de Moura Ribeiro</b> .....	195
1 Agradecimento inicial.....	195
2 Cidadania.....	197
3 Meio ambiente.....	199
4 Bem comum.....	199
5 Bem comum e meio ambiente.....	200
6 Os precedentes brasileiros e portugueses.....	200
7 Conclusão.....	205
Referências.....	205

DISCIPLINA DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE  
ÀS MARGENS DOS CURSOS D'ÁGUA EM ÁREA URBANA  
CONSOLIDADA. COMENTÁRIOS AO TEMA Nº 1.010/STJ

<b>Fabiana Favreto, Fernando de Oliveira e Paula Lima</b> .....	207
Homenagem ao Ministro Benedito Gonçalves.....	207
1 Introdução.....	208
2 Origem do julgamento.....	208
3 Julgamento do Tema nº 1.010/STJ.....	210
4 Conclusão.....	217
Referências.....	218

MULHERES ENCARCERADAS, GESTANTES E LACTANTES:  
NASCIMENTO E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA  
FOMENTADA PELO PODER JUDICIÁRIO

<b>Serly Marcondes Alves, Antônio Veloso Peleja Júnior, Natália Nunes Lopes</b> .....	219
1 Abordagem inicial.....	219
2 As mulheres como titulares de direitos humanos e a inação estatal nos cárceres brasileiros.....	220

3	O estado de coisas inconstitucional: o posicionamento do Supremo Tribunal Federal .....	223
4	Consequência da atuação do Poder Judiciário: a atuação dialógica e a Lei nº 13.769/2018.....	225
	Referências .....	226

## DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

### O NOVO REGIME DE PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS FEDERAIS

	<b>Maria Thereza de Assis Moura, Evaldo de Oliveira Fernandes Filho ...</b>	231
1	Introdução.....	231
2	Histórico.....	232
3	O novo regime de quitação dos precatórios federais instituído pela Emenda Constitucional nº 114.....	235
4	Questões controvertidas decorrentes do novo regime dos precatórios federais .....	242
5	Conclusão.....	245
	Referências .....	245

### A IMPORTÂNCIA DA BOA-FÉ OBJETIVA NO CONTROLE DE LEGALIDADE DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO

	<b>Luiz Alberto Gurgel de Faria, Rogério da Silva Mendes .....</b>	247
	Introdução.....	247
1	Boa-fé objetiva no âmbito tributário .....	248
2	A jurisprudência do STJ acerca da boa-fé objetiva no âmbito tributário .....	251
	Considerações finais.....	255
	Referências .....	256

### VISÃO HUMANISTA DO DIREITO TRIBUTÁRIO: O CASO DOS SERVIÇOS HOSPITALARES

	<b>José Antonio Dias Toffoli.....</b>	259
1	Introdução.....	259
2	Do julgamento do Tema Repetitivo nº 217.....	260
3	Das contribuições do julgamento do Tema Repetitivo nº 217.....	261
4	Da visão contemporânea da tributação e da harmonia dela com o julgamento do Tema Repetitivo nº 217 .....	262
5	Da reforma do Sistema Tributário Nacional.....	265
6	Conclusão.....	266
	Referências .....	266

### DOS CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE ALÍQUOTA REDUZIDA DE ISS INCIDENTE SOBRE PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS

	<b>Luciano Bandeira Arantes, Maurício Pereira Faro .....</b>	269
1	Introdução.....	269

2	Conceito de serviços hospitalares – jurisprudência do STJ .....	270
3	Precedentes judiciais sobre a alíquota aplicável a serviços hospitalares sem estrutura para internação .....	276
4	Conclusão .....	280

## DIREITO PROCESSUAL

### GARANTIAS PROCESSUAIS NAS AÇÕES COLETIVAS: NOTAS SOBRE A LEGITIMIDADE DAS ENTIDADES COLETIVAS

<b>Mauro Campbell Marques</b> .....	283
1 Introdução .....	283
2 Conceitos básicos sobre interesse e legitimação em direito coletivo .....	284
3 Nuances processuais a serem observadas na atuação de associações e sindicatos na defesa de direitos de servidores públicos .....	286
3.1 Legitimidade das associações .....	287
3.2 Legitimidade dos sindicatos .....	288
4 Considerações finais .....	289
Referências .....	290

### JUIZADOS ESPECIAIS, ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E PRECEDENTES

<b>Marcelo Navarro Ribeiro Dantas</b> .....	293
1 Introdução .....	293
2 Os princípios constitucionais específicos dos juizados .....	294
3 Os princípios – ou critérios – legais dos juizados e sua importância para o Judiciário como um todo .....	294
4 As leis que regulam os juizados .....	295
5 O que os juizados representaram para o país? .....	295
6 Fundamentos dos juizados .....	295
7 Novos rumos no processo por meio de uma nova administração da justiça .....	297
8 A gestão e o controle dos juizados .....	298
9 Transparência e segurança nos juizados .....	298
10 Funcionamento, racionalização e operabilidade dos juizados .....	299
11 A problemática da aplicação dos precedentes aos juizados .....	300
12 Inovações recentes .....	300
13 Importância das trocas de ideias e experiências: transversalidade interna e externa .....	301
14 Problemas .....	301
15 E o futuro? .....	302
16 Conclusão .....	302

COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DE MANDADO DE  
SEGURANÇA: COMENTÁRIOS

**Araldo Esteves Lima**..... 305

PRESCRIÇÃO: A REPERCUSSÃO DO PRINCÍPIO DA *ACTIO NATA*  
NA REPARAÇÃO PATRIMONIAL PELA DEMORA NA CONCESSÃO  
DE APOSENTADORIA DE SERVIDOR PÚBLICO

**Carlos Ribamar de Castro Ferreira, Leopoldo Rodrigues Portela,  
Mário Pereira Costa Júnior**..... 313

1	Introdução .....	313
2	Configuração do dano material na demora injustificada na apreciação do pedido de aposentadoria.....	314
3	Aposentadoria do servidor público: ato administrativo complexo.....	315
4	Prescrição: definição do dies a quo para contagem do prazo prescricional .....	316
5	Conclusão.....	317
	Referências .....	318

OS DESAFIOS ÉTICOS DA REGULAMENTAÇÃO DO USO DA  
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO APOIO A DECISÕES JUDICIAIS  
NO SISTEMA DE PRECEDENTES

**Fernanda de Moura Ludwig, Janaína Gomes Aguiar Cascão**..... 319

1	Introdução .....	319
2	Do Projeto de Lei nº 2.383/2023 .....	322
3	Da legislação correlata e do direito comparado.....	324
4	Conclusão.....	326
	Referências .....	326

O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO: ALCANCE DO  
ART. 105, I, "A", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL A PARTIR DO  
JULGAMENTO DA QO-AP Nº 878

**Marco Antonio Martin Vargas, Caio Salles**..... 329

	Introdução.....	329
1	O foro por prerrogativa de função e sua ratio .....	331
2	A interpretação restritiva da prerrogativa de foro pelo Supremo Tribunal Federal (QO-AP nº 937).....	334
3	A prerrogativa de foro conferida a desembargadores e os critérios definidos na QO-AP nº 878.....	335
	Conclusão.....	338
	Referências .....	339

A (I)LEGITIMIDADE DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA NO TRIBUNAL  
DO JÚRI

**Guilherme Silva Pereima**..... 341

	Introdução.....	341
1	O devido processo penal constitucional.....	343
2	O Tribunal do Júri e a soberania dos veredictos .....	345
3	A execução provisória da pena em sede de condenação pelo conselho de sentença.....	348
	Considerações finais.....	352
	Referências .....	353

## 2ª PARTE – DIREITO ELEITORAL CIDADANIA E CADASTRO ELEITORAL

### A MISSÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL COMO GUARDIÃ DA DEMOCRACIA

	<b>Luis Felipe Salomão</b> .....	357
1	Introdução .....	357
2	Registros históricos do TSE .....	358
3	Recentes desafios da justiça eleitoral .....	362
4	Conclusão.....	365

### A PLURALIDADE DEMOCRÁTICA NA COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

	<b>Kassio Nunes Marques</b> .....	367
	Introdução.....	367
1	O Tribunal Superior Eleitoral no período anterior à Constituição de 1988 .....	368
2	O Tribunal Superior Eleitoral sob a ótica da Constituição Federal vigente.....	371
	Considerações finais.....	376
	Referências.....	377

### CONTRIBUIÇÕES DO MINISTRO BENEDITO GONÇALVES PARA A CIDADANIA POLÍTICO-ELEITORAL DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

	<b>Marcos Heleno Lopes Oliveira</b> .....	379
	Introdução .....	379
1	Considerações sobre diversidade sexual e de gênero .....	380
2	Atuação do Ministro Benedito Gonçalves na concretização dos direito político-eleitorais das pessoas LGBTQIA+ .....	381
	Considerações finais.....	383
	Referências .....	383

### TÍTULO É MAIS QUE UM DOCUMENTO: JUSTIÇA ELEITORAL, EFETIVIDADE DE DIREITOS POLÍTICOS E CADASTRO ELEITORAL

	<b>Michelle Pimentel Duarte</b> .....	385
	Introdução.....	385

1	Justiça Eleitoral e efetividade dos direitos políticos.....	385
2	Sufrágio universal, direitos políticos e a inexistência de barreiras .....	387
3	Resolução TSE nº 23.659/2021 e o desenho do serviço eleitoral.. Conclusão.....	389 391
	Referências.....	392

## GESTÃO DO CADASTRO ELEITORAL: INOVAÇÃO, INCLUSÃO E CIDADANIA

	<b>Alan de Freitas Rosetti, Roberta Maia Gresta .....</b>	<b>393</b>
1	Introdução.....	393
2	Resolução Cidadã: o passo adiante, sem deixar ninguém para trás.....	394
3	Atuação da Corregedoria-Geral Eleitoral na gestão cidadã do Cadastro Eleitoral .....	396
3.1	Projeto Título Net 3 .....	397
3.2	Novos campos biográficos do Cadastro Eleitoral (art. 42 da Resolução TSE nº 23.659/2021).....	398
4	Seleção de Boas Práticas CGE 2022/2023 e o mapeamento de especificidades regionais .....	400
5	Conclusão.....	401
	Referências.....	402

## ELEIÇÕES NA SOCIEDADE EM REDE

### REDES SOCIAIS E PROCESSO ELEITORAL

	<b>Messod Azulay Neto .....</b>	<b>405</b>
1	Introdução.....	405
2	Os impactos das redes sociais.....	407
3	Efeitos da desinformação no processo eleitoral .....	411
4	Conclusão.....	412
	Referências .....	414

### A DESINFORMAÇÃO PLATAFORMIZADA E A DEMOCRACIA

	<b>André Ramos Tavares.....</b>	<b>417</b>
1	O poder das novas tecnologias nas democracias.....	417
2	Liberdade de informação no processo eleitoral: para além de direitos, os deveres fundamentais.....	418
3	O significado da desinformação para a democracia.....	419
4	Justiça Eleitoral e o combate à desinformação .....	421
4.1	A necessária equiparação das plataformas digitais aos meios de comunicação social.....	421 423
	Conclusões.....	423
	Referências .....	424

DEMOCRACIA DIGITAL: DESAFIOS E OS EXEMPLOS DA JUSTIÇA  
ELEITORAL BRASILEIRA

**Henrique Carlos de Andrade Figueira,**

<b>Allan Titonelli Nunes</b> .....	425
1 <b>Introdução</b> .....	425
2 <b>Insatisfação, mobilização e redes sociais</b> .....	426
3 <b>Representação política e democracia digital</b> .....	427
4 <b>Inovação e governo eletrônico</b> .....	428
5 <b>Exemplos de governança eletrônica, inovação e participação democrática fornecidos pela Justiça Eleitoral brasileira</b> .....	428
<b>Conclusão</b> .....	430
<b>Referências</b> .....	431

**INELEGIBILIDADE E ILÍCITOS ELEITORAIS**

**PORTE DE ARMAS NAS ELEIÇÕES**

<b>Ricardo Lewandowski</b> .....	437
----------------------------------	-----

**DA LUCIDEZ DO MINISTRO BENEDITO GONÇALVES NA  
APLICAÇÃO DA LEI ELEITORAL**

**Adalberto de Oliveira Melo, Pedro Pinaud de Araújo,**

<b>Gustavo Cardim Russo de Melo</b> .....	451
---	-----

**REJEIÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS SEM IMPUTAÇÃO DE  
DÉBITO: INTERPRETAÇÃO DO §4º-A DO ART. 1º DA LC Nº 64/90  
CONFORME A CONSTITUIÇÃO**

<b>Letícia Garcia de Carvalho Euzébio, Juliana Deléo Rodrigues</b> .....	459
<b>Referências</b> .....	465

**A FRAUDE À LEI NO DIREITO CONTEMPORÂNEO E SUA  
APLICAÇÃO NO DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO: ANÁLISE DO  
RECURSO ORDINÁRIO Nº 0601407-70.2022.6.16.0000**

<b>Manoel José Ferreira Nunes Filho</b> .....	467
<b>Referências</b> .....	474

**DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL**

**DECISÃO SANEADORA EM AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL  
ELEITORAL: A RACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO COMO PONTO  
DE EQUILÍBRIO ENTRE A CELERIDADE E A GARANTIA DE UMA  
PROCESSUALIDADE DEMOCRÁTICA**

<b>Jamile Ton Kuntz</b> .....	477
1 <b>Introdução</b> .....	477

2	A aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao processo eleitoral.....	478
3	A decisão de saneamento e organização do processo e sua compatibilidade sistêmica com o processo eleitoral.....	480
4	A experiência nas ações de investigação judicial eleitoral do pleito de 2022.....	484
5	Conclusão.....	485
	Referências.....	486

<b>CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA: OS DESAFIOS DA JUSTIÇA ELEITORAL</b>		
	<b>Carmo Antônio de Souza, Heverton Luiz Rodrigues Fernandes.....</b>	<b>487</b>

#### PARTIDOS POLÍTICOS E FINANCIAMENTO ELEITORAL

<b>UM OLHAR LIGEIRO SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS</b>		
	<b>Cristiane Paula da Silva Galperin, Fernando Wolff Bodziak.....</b>	<b>495</b>
	Referências.....	499

<b>A VEDAÇÃO DO FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS POR PESSOAS JURÍDICAS: JÁ É CHEGADA A HORA DE UM REPENSAR SOBRE O TEMA?</b>		
	<b>Sérgio Silveira Banhos.....</b>	<b>501</b>
	Referências.....	507

	<b>SOBRE OS AUTORES.....</b>	<b>509</b>
--	------------------------------	------------